

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PORTUGUÊS JURÍDICO

HILDA FERREIRA DA CUNHA SOBRINHA

A NECESSIDADE DA SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA.

BRASÍLIA

2010

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PORTUGUÊS JURÍDICO

HILDA FERREIRA DA CUNHA SOBRINHA

A NECESSIDADE DA SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA.

TCC apresentado ao Curso de
Pós - Graduação Lato Sensu em
Português Jurídico – Universidade
Gama Filho – como parte das
exigências para a conclusão do curso.

Orientador Professor Mestre: Marcelo Paiva

BRASÍLIA

2010

HILDA FERREIRA DA CUNHA SOBRINHA

A NECESSIDADE DA SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA.

Aprovado em: ____/____/____.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.:

Prof. Dr.:

Prof. Dr.:

BRASÍLIA-DF

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos, Vitor Antônio e Candice Fernanda, e ao companheiro Haroldo, bem como a meus amigos que sempre me deram força e acreditaram em meu potencial e que nos momentos em que pensei em desistir da caminhada me influenciaram em continuá-la. Dedico ainda ao grupo docente da Universidade Gama Filho por me auxiliarem e dividirem comigo seus conhecimentos tão valiosos que muito me acrescentaram e me fizeram crescer como profissional e como ser humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus

por ter me dado a vida,

a oportunidade de estudar

e me tornar uma pessoa melhor.

Agradeço ainda ao meu

Orientador Professor

Mestre Marcelo Paiva,

por

prestar os esclarecimentos

necessários, para a realização deste trabalho

com maestria, dedicação e

preocupação

dispensadas em

cada passo percorrido nesta

longa caminhada.

E ainda ao grupo docente da Universidade Gama Filho.

pelas orientações que me deram durante toda

a realização deste curso,

registro o meu muito

obrigada.

RESUMO

O presente estudo teve como objeto principal desvelar o problema aqui transcrito como: A simplificação da linguagem jurídica. Nesse sentido objetivou-se responder a este questionamento e oferecer sugestões de como o jurista pode simplificar sua linguagem a fim de aproximar a justiça ao seu público que nem sempre são pessoas que detêm o conhecimento a respeito da língua culta e formal para proporcionar a harmonia necessária para o entendimento dos textos jurídicos, pois este é meio de comunicar as decisões da justiça para quem a está buscando. Portanto, torna-se imprescindível que este seja formado por peças simples, claras, objetivas, que possam facilitar a transmissão de idéias. Porém, uma das principais barreiras na interpretação dos textos jurídicos é a sua linguagem complexa, com vocábulos compreensíveis somente a pessoas pertencentes ao judiciário. Como lente metodológica para esse fim utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Percorrida a trajetória foi possível compreender que em resposta ao problema e as questões levantadas, a pesquisa nos mostrou que, conforme vimos no desenvolvimento desta pesquisa já existem juristas com visão crítica e renovadora a este respeito. Felizmente, existem manifestações de inquietação e inconformismo diante desse modo conservador da linguagem jurídica. Atualmente são divulgados na imprensa jornalística debates que colocam no banco dos réus as velhas formas vocabulares dos profissionais do universo jurista. Existem defensores desse conservadorismo, é claro. Muitas já são as regras existentes que buscam mais clareza e objetividade dentro do universo jurídico, conforme apontado por Macedo (2000) e por Almeida (1999) as peças processuais estão sendo elaboradas de acordo com as necessidades das partes e antes de irem ao seus modelos finais estas são conhecidas e revisadas pelas partes envolvidas e interessadas.

Palavras - chave: Simplificação – linguagem – jurídica

Sumário

1. INTRODUÇÃO-----	07
2. A LINGUAGEM JURÍDICA -----	09
3. A LINGUAGEM JURÍDICA E AS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS _____	16
4. CLAREZA DA LINGUAGEM JURÍDICA E APLICABILIDADE ____	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	33
6. REFERÊNCIAS_____	35

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa científica busca demonstrar a importância da simplificação da linguagem jurídica. Levando-se em consideração que a linguagem jurídica se torne inteligível, clara e objetiva à população em geral, utilizando as novas regras ortográficas.

Tendo em vista que a linguagem jurídica utiliza inúmeros termos em latim e a norma culta, restringindo seu entendimento a um seleto grupo, dificultando a comunicação entre a justiça e o povo.

Assim justifica-se a necessidade deste estudo por buscar mecanismos capazes de subsidiar a verificação de uma maneira para que esta linguagem constitua o caminho essencial para a efetividade da comunicação entre as pessoas. Partindo do pressuposto que os textos jurídicos são o meio de comunicar as decisões da justiça para quem a está buscando. Portanto torna-se imprescindível que este seja formado por peças simples, claras, objetivas, que possam facilitar a transmissão de idéias. Uma das principais barreiras na interpretação dos textos jurídicos é a sua linguagem complexa, com vocábulos compreensíveis somente a pessoas pertencentes ao judiciário.

Observou-se que não se busca uma compreensão clara das decisões jurídicas, utilizando-se de uma linguagem simples e coloquial que leve a parte interessada, mesmo sendo leiga, a entendê-las na sua plenitude, a interpretá-las de forma exata na sua extensão. Verificou-se, ainda, que a linguagem jurídica rebuscada, com seus termos em latim, dificulta a compreensão do público leigo tornando essas decisões passíveis de recursos e acarretando atraso no cumprimento das ordens judiciais, deixando a justiça mais lenta, menos efetiva e popular.

Portanto esta pesquisa tem como objetivo principal o incentivo ao uso de uma linguagem jurídica simplificada. Estimulando a reflexão crítica sobre o atual uso da linguagem jurídica complexa, demonstrando ainda que o

uso de uma linguagem mais clara e objetiva é necessária para uma melhor prestação jurisdicional e a aproximação entre os agentes do Direito e a população.

Através da metodologia da pesquisa bibliográfica desenvolvemos esta pesquisa científica, subsidiando nossos estudos em referenciais bibliográficos que tratam a respeito da linguagem jurídica e da importância de sua simplificação em diferentes fontes, bem como exemplos práticos de sua aplicabilidade.

A LINGUAGEM JURÍDICA

Segundo Bittar (2001), tanto no Direito como em outros setores do conhecimento, é desenvolvida uma linguagem particular, específica, guardam-se palavras e expressões que possuem acepções próprias. Porém no mundo do Direito é peculiar o uso da palavra como indispensável. A matéria prima para o desenvolvimento do trabalho do jurista é, sem dúvida, a palavra. As palavras na criação das leis são assemelhadas com os tijolos nas construções das casas.

Bittar (2001), ressalta ainda que o jurista, não lida somente com fatos diretamente, mas com palavras que denotam ou pretendem denotar esses fatos. Há, portanto, uma parceria essencial entre o Direito e a Linguagem. O profissional do direito, enquanto ciência jurídica busca a univocidade em sua terminologia, convive com um número limitado de palavras polissêmicas. A exemplo disto podemos falar sobre o termo Justiça que tanto exprime a vontade de dar a cada um o que é seu, quanto significa as regras em lei previstas, e ainda, o aparelhamento político- jurídico destinado à aplicação da norma do caso concreto.

Naturalmente, na medida em que o nível de especialização aumenta mais complexo torna-se o vocabulário utilizado, ampliando, desse modo, o espaço que separa a linguagem comum da linguagem culta, tornando-se difícil, para os que não estão no meio jurídico, compreender os assuntos tratados neste tipo de textos. Quando o advogado recebe o cliente e escuta sua consulta, responde com palavras. Se precisar elaborar um contrato ou estabelecer um acordo é com palavras que o faz. O mesmo sucede quando atua em defesa de seus clientes, nas diversas instâncias do Judiciário. (Vianna 2008)

Vianna (2008), acrescenta que podemos então estabelecer que a clareza, concisão, precisão, formalidade e impessoalidade são fundamentais na linguagem jurídica. Tais elementos não são sinônimos da formalidade com

todo seu rigor, de tal modo que a linguagem forense esteja enclausurada num formalismo vocabular específico cujo acesso somente seja permitido a juristas. Portanto, tais considerações nos levam a deduzir que todo jurista deve ser um bom gramático, porquanto a arte de falar e escrever com propriedade é noção elementar de gramática. Ao redigir, ordenam-se idéias e acontecimentos. Quanto melhor conhecermos o necessário instrumento para isso – as palavras –, com maior precisão nos expressaremos e comunicaremos. A palavra está, aqui, entendida em tudo que lhe diz respeito: seu significado preciso, sua forma correta e sua apropriada inserção em estruturas sintáticas simples e complexas.

Portanto, percebemos que a missão principal do jurista é contribuir para a promoção da justiça. A este propósito, não somente se opõem, antes, para eles, contribuem os meios empregados, mas também as formas desses meios. Fundo e forma vão tão intimamente ligados como espírito e corpo. O fundo – o sentido de justiça de uma decisão, por exemplo – pode vir determinado, ou mais exatamente fixado, pela forma sob a qual se apresenta.

Na decisão, a realidade da justiça se objetiva em palavras do magistrado. Afirma-se que a linguagem jurídica é tradicional, sendo esta afirmação comumente aceita, esta é uma das maiores diferenças entre o Direito e as ciências aplicadas que trazem uma linguagem revolucionária, inovadora, que incorporam novos termos e expressões constantemente.(Vianna 2008)

Ocorre ainda, que basicamente o nosso Direito foi escrito em latim, língua precisa e sintética. A própria origem do Direito, tem, assim, uma linguagem tradicional; portanto tem ao mesmo tempo, uma linguagem revolucionária, em constante evolução, conseqüência da necessidade urgente de acudir a novas realidades e as soluções adequadas a estas novas realidades.

O desenvolvimento da técnica jurídica fez com que surgissem termos não-usuais para os leigos. No entanto, não se pode dizer que a linguagem jurídica seja mais fechada para o leigo, que qualquer outra linguagem científica ou técnica. Podemos utilizar como exemplos a Medicina, a Matemática e a Informática com seus termos tão peculiares quanto os do Direito. Os pareceres, sentenças, petições, etc., são escritos de uma forma tal com tamanha peculiaridade que se torna impossível a compreensão por alguém que não faça parte do meio jurídico. E esse parece ser mesmo o propósito dos produtores de textos jurídicos, dificultar a compreensão para quem não faz parte da área jurídica. A fim de que esta afirmação categórica não seja exagero, seria necessário que se apresentassem argumentos convincentes capazes de justificar o uso pelos meios jurídicos de uma linguagem extremamente barroca recheada de expressões em latim ou em línguas estrangeiras, percebendo-se que a situação solicita exatamente o contrário, ou seja, o uso de uma linguagem mais simples e objetiva possível, para que qualquer usuário do sistema judiciário possa compreender as decisões tomadas. Não há, por exemplo, qualquer razão justificável que explique o uso na Constituição, nas leis e nos demais textos jurídicos, de expressões como *ex tunc*, em vez de efeito retroativo; *habeas corpus*, em vez de direito à liberdade; *ad hoc*, em vez de substituição temporária; *in loco*, em vez de no local; *jus sanguinis*, em vez de direito de sangue; e tantos outros usos igualmente pedantes, a não ser o exercício de uma linguagem que possa separar juristas e não-juristas.

Na separação entre quem faz e quem não faz parte do mundo jurídico, lista-se um conjunto de elementos, que são tão mais eficazes quanto menos são percebidos como aparatos de segregação. O que se critica, é o rebuscamento gratuito, oco, em um expediente muitas vezes providencial para disfarçar a pobreza das idéias e a inconsistência dos argumentos. O Direito deve sempre ser expresso num idioma bem-feito; conceitualmente preciso formalmente elegante, discreto e funcional.

O atual Código Civil, de 2002, lamentavelmente, deixa desejar em matéria de linguagem correta, clara e precisa. Assim, o uso das formalidades excessivas dos ritos judiciários, o tratamento de doutor, exigência obrigatória para se dirigir a qualquer membro do universo jurídico, entre outros elementos, atuam em conjunto para reforçar sempre a idéia de que o universo jurídico está à parte em relação ao resto da sociedade. Além do mais, e principalmente, esses elementos contribuem de forma significativa para criar uma barreira entre o mundo do direito e as pessoas comuns, em potencial usuários da prestação jurisdicional.

Nesse processo de simbólico que "protege e separa" o mundo jurídico do acesso de grande parte da população podemos ressaltar linguagem jurídica como um dos meios mais eficazes para tal. A maneira específica que magistrados, advogados, promotores e outros do ramo do direito têm utilizado a linguagem a despeito de qualquer argumento a favor, só tem servido para negar o acesso ao universo jurídico à maioria da população do Brasil.

A linguagem serve para comunicar, mas há casos, e parece ser este o caso da linguagem jurídica, em que ela serve exatamente para não comunicar ou mais precisamente para dificultar a comunicação.

A escrita dos meios jurídicos demonstra todo um cuidado a fim de moldar a linguagem e ornamentá-la de tal maneira para que ela passe a ser um código, de cuja compreensão ao alcance apenas do pequeno grupo que faz parte do universo jurídico. O Poder Judiciário e o Ministério Público passam por uma onda de transformações que, visam torná-los mais eficientes, transparentes e democráticos; para isso foram criados, por exemplo, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. A criação de tais órgãos seria um grande começo se a questão da linguagem jurídica fosse colocada em pauta por esses órgãos como um problema a ser solucionado.

Existe uma Campanha pela Simplificação da Linguagem Jurídica, utilizada por magistrados, advogados, promotores e outros operadores da área do Direito, objetivando sensibilizar esses profissionais da importância do uso de um vocabulário mais simples, direto e objetivo para aproximar a sociedade da Justiça brasileira e da prestação jurisdicional. Porém, não faltam resistências, pois além de pressupor uma nova divisão de poder, a democratização do acesso à Justiça pela transformação da linguagem jurídica também acabaria mexendo com a vaidade intocada de muitos membros desse universo. Sendo assim, conclui-se que a linguagem forense deve ser liberta de exibicionismo apresentando-se de forma clara, simples e correta, almejando a comunicação técnica do que se pretende transmitir, podendo assim difundir o conhecimento jurídico entre todos.

A respeito dos profissionais do Direito existe uma cobrança maior no trato com a gramática, seja por ser seu instrumento de trabalho, pela tradição que carreira jurídica tem entre nós ou em razão do desgaste porque passa a profissão nos dias atuais. Claro que as questões técnicas não podem fazer esquecer que a luta pelo Direito gira em torno de problemas humanos. A linguagem do jurista deve ser instrumento a serviço da eficaz prestação jurisdicional. Ela visa a fins utilitários, antes de mais nada, e não a fins artísticos. Assim, aquele que lida com o Direito, em suas diferentes concretizações, deve objetivar e expor o conteúdo mais exato na expressão mais adequada. E isso implica uma convivência definitiva com a Linguagem. Direito e Linguagem constituem um par indissociável.

Oriana Piske, em seu texto “Revisão de literatura pela simplificação da linguagem jurídica: ninguém valoriza o que não entende”, defende que se use uma linguagem compreensível que facilite o entendimento dos textos jurídicos, de forma que haja uma maior valorização do direito pela população. Assim a autora dá algumas sugestões para a adoção dessa linguagem mais simples, como campanhas de conscientização em tribunais e comarcas, promoção de cursos de atualização da linguagem jurídica simplificada, entre outras. Destaca ainda que a simplificação da linguagem jurídica oportuniza o acesso à Justiça e

contribui, efetivamente, para a compreensão do funcionamento e da atuação do Poder Judiciário como um todo.

José Ricardo Alvarez Vianna, em “Simplificação da linguagem jurídica” ressalta a urgência da simplificação da linguagem jurídica, posição esta defendida inclusive pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Vianna complementa que uma escrita jurídica arcaica, prolixa e rebuscada não reflete apenas na estética das peças processuais, mas na própria efetividade da prestação jurisdicional, ou seja, crê-se que as peças processuais serão lidas e compreendidas de maneira fácil e ágil, inclusive pelas partes, o que contribuirá para a rapidez processual, diminuindo assim a morosidade.

Segundo Idhelene Macedo, em “Por uma linguagem simples”, há um consenso em se preocupar com a linguagem utilizada pelo Poder Judiciário. Juízes vêm buscando a simplificação da linguagem usada pelos profissionais da área para se aproximar dos cidadãos. Porém, não significa que o texto deva ficar vulgar; há um incentivo apenas para o uso de termos mais claros, objetivos e concisos, o que dinamiza o trabalho da justiça, pois não se cria “uma barreira semântica”, de entendimento, na comunicação da justiça com o público leigo, aproximando as partes tornando a comunicação mais eficiente e objetiva.

Antonio Carlos Caetano Menezes, no texto “A difícil linguagem dos textos legais”, destaca que uma das maiores dificuldades existentes na comunicação entre o Estado e seus cidadãos o grande percentual de analfabetismo, apesar de todos serem iguais, perante a lei, igualdade esta que não se aplica ao nível de escolaridade, exige e impõe obrigatoriedade do conhecimento das leis, independente da capacidade e do grau de alfabetização do envolvido. Dessa forma, a terminologia técnica dificulta a compreensão para um grande número de pessoas. O ideal, segundo o autor, é que se encontre uma forma de expressão que englobe clareza, precisão e esclarecimento, entre outros, por parte do público, apesar de haver alguma resistência por parte de alguns profissionais da área jurídica em simplificar sua linguagem. Com um idioma bem-feito; conceitualmente preciso formalmente elegante, discreto e

funcional. A arte do jurista é declarar a justiça claramente e de forma cristalina. Porém, para os que não têm compromisso com a democratização do acesso à Justiça, é interessante mesmo que o universo jurídico continue falando como está.

A LINGUAGEM JURÍDICA E A ORTOGRAFIA

Neste momento da pesquisa apontaremos algumas regras ortográficas a fim de facilitar a compreensão do uso das normas ortográficas na linguagem jurídica.

A lei 5.765/71 aboliu o acento diferencial. Este tipo de acento, porém, existe ainda em um único caso remanescente – este acento emprega-se no caso do verbo poder que, no presente do indicativo, não recebe acento gráfico: "Ele pode estudar sozinho"; mas recebe-o, no pretérito perfeito: "Ela não pôde sair ontem à noite".

Há ainda algumas palavras que recebem acento diferencial de tonicidade, ou seja, são palavras que se escrevem com as mesmas letras (homografia), mas têm oposição tônica (tônica/átona). Exemplos: pôr (verbo), por (preposição), pára (forma do verbo parar, também no presente em algumas palavras compostas: pára-brisa, pára-quedas), para (preposição).

A acentuação tem como finalidade a pronúncia. Assim, como regra geral, pode-se dizer que se acentuam graficamente aqueles vocábulos que, sem acento, poderiam ser lidos ou interpretados de outra forma. Exemplos: secretaria/secretária, sábia/sabiá/sabia.

Como regra básica. Devem ser acentuados os monossílabos tônicos terminados em "a", "e", "o", seguidos ou não de s: pá, pé, nó, pás, pés, nós etc. Acentuam-se as palavras oxítonas terminadas em "a", "e", "o", seguidas ou não de s; e também com as terminações "em" e "ens". Exemplos: cajá, café, jiló, bebê, robô, armazém, alguém, reféns etc.. Não são acentuadas as paroxítonas terminadas em "a", "e", "o", seguidas ou não de s; e também as finalizadas com "em" e "ens". Exemplos: cama, seda, flecha, rede, sede, pote, ovo, coco, bolo, garagem, ferrugem, idem, item, nuvens, imagens, viagens etc..

São acentuadas as paroxítonas terminadas em: _ r / x / n / l
 Exemplos: mártir, fêmur, fácil, útil, elétron, tórax, córtex etc..
 _ i / is
 Exemplos: júri, cáqui (cor), lápis, miosótis, íris, tênis, cútis, etc.
 Observação: Os prefixos paroxítonos, mesmo terminados em "i" ou "r", não são acentuados. Exemplos: semi, anti, hiper, super etc..
 _ ã / ão (seguidas ou não de s). Observação: O til não é considerado acento gráfico, e sim uma marca de nasalidade. Exemplos: ímã (ímãs), órfã (órfãs), órfão (órfãos), bênção (bênções) etc..
 ôo / ôos Exemplos: vôo, enjôo, abençôo, perdôo. Exemplos: bíceps, fórceps us / um / uns Exemplos: vírus, bônus, álbum, álbuns.
 _ ditongos orais, crescentes ou decrescentes, seguidos ou não de s. Exemplos: água, mágoa, ódio, jóquei, férteis, fósseis, fôsseis, túneis, úteis, variáveis, área, série, sábio.

Todas as palavras proparoxítonas são acentuadas. Exemplos: lâmpada, côncavo, lêvedo, pássaro, relâmpago, máscara, árabe, gótico, límpido, louvaríamos, devêssemos, pêndulo, fôlego, recôndito, cândido. Além dessas regras vistas acima, que se baseiam na posição da sílaba tônica e na terminação, existem outras que levam em conta aspectos específicos da sonoridade das palavras. Assim, são acentuadas as palavras com as seguintes características:

- Quando possuírem ditongos abertos em sílaba tônica como "ei", "eu", "oi", seguidos ou não de s. Exemplos: anéis, geléia, céu, chapéu, herói, heróico, anzóis.
- Quando a segunda vogal do hiato for "i" ou "u" tônicos, acompanhados ou não de s, haverá acento: saída, proíbo, faísca, caíste, saúva, viúva, balaústre, país, baú, Gravataí, Grajaú, juízes, raízes.

A pontuação já foi definida de várias maneiras, assemelharam a pontuação a costura (a pontuação seria a linha que dá consistência e forma ao tecido, no caso da pontuação à linguagem) aos sinais de tráfego (a pontuação indica-nos quando reduzir a velocidade, chama-nos a atenção para isto ou aquilo, propõe um desvio e nos manda parar). Na verdade, é um sinal de

cortesia, que serve para que os leitores entendam um texto, sem tropeçarem nele, o tornando compreensível e claro.

Almeida esclarece que tecnicamente, a pontuação é a arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm ligação íntima entre si, e de mostrar, de modo mais claro, as relações existentes entre as partes do texto. As partes que têm ligação íntima, por isso, não podem ser divididas: entre sujeito e verbo e entre verbo e complemento, não pode haver vírgula, por exemplo: “O Colendo Superior Tribunal de Justiça decidiu em favor do apelante.” “O réu confirmou todo o seu depoimento.” Esta é a primeira regra de uma série elaborada pelo Professor Napoleão Mendes de Almeida.

Almeida sugere como principais regras:

1) Vírgula e pausa: A vírgula indica uma pequena pausa na leitura. Porém nem toda pausa na leitura indica o uso de uma vírgula. Por isso, é correto afirmar que (a) onde não há pausa, não há vírgula; (b) onde há vírgula, há pausa, e (c) onde há pausa, pode haver vírgula, desde que se obedecem às demais regras atinentes à utilização da vírgula.

2) Vírgula como parênteses. Há casos em que as vírgulas funcionam como parênteses, que devem ser abertos e, depois, fechados. Nesses casos, ou ambas as vírgulas se colocam, ou as duas se tiram. Pedro, de acordo com as ordens recebidas, partiu cedo. É impossível retirar qualquer das vírgulas, sem quebrar a concatenação da oração. É o caso das orações interferentes, das orações subordinadas adjetivas explicativas, do aposto e do vocativo. Em todos esses exemplos, os parênteses poderiam substituir as vírgulas. E, eliminada a locução que ficou entre elas, aparecerão ligados os termos da oração.

3) Vírgula e a palavra “só”: Em “eu só fiz o que você pediu”, só significa somente, apenas. É advérbio, deve vir junto ao verbo, não pode dele estar separado por vírgula. Já em “eu, só, fiz o que você pediu”, só passa a significar sozinho, é adjetivo. É preciso tomar cuidado com a palavra “só”. Perceba-se: “viaja só com permissão do pai”. O que quer dizer? A permissão foi dada ou

não?

4) Vírgula e locuções explanatórias: Locuções explanatórias como isto é, verbi grafia, por exemplo, a meu ver, além disso, separam-se por vírgulas: “Porei aqui mais um exemplo, isto é, acrescentarei mais um caso prático”.

5) Vírgula e orações subordinadas adjetivas: Usa-se a vírgula antes do “que” que abre oração explicativa; não se usa a vírgula ante do “que” que abre oração restritiva. Exemplos: O presidente que é eleito para um período curto de governo tem de mostrar muita eficiência para ser reeleito. (Oração restritiva). O presidente, que é eleito para um período curto de governo, tem de mostrar muita eficiência para ser reeleito. (Oração explicativa).

6) Vírgula e zeugma: Quando não há perigo de confusão, usa-se a vírgula para indicar o zeugma do verbo: “Tu foste o meu soldado, e eu, teu capitão” Quando já houver outras vírgulas em partes de um período que encerre um zeugma, deve-se utilizar o ponto-e-vírgula, para maior clareza: “Seu rosto era sem rugas; a cútis, alva e delicada; as faces, rosadas; os olhos, castanhos - escuros, vivos, expressivos de placidez e bondade; a fronte alta e vasta; a fisionomia, aberta, desanuviada, serena, reveladora de respeitosa afabilidade.”

7) Vírgula e orações interferentes: Com os verbos dizer, responder, afirmar, exclamar e semelhantes, formam-se as sentenças denominadas interferentes (porque em regra estão entre os membros de outra oração), que devem vir entre vírgulas: “Os pactos, diz-se desde Roma, devem ser respeitados”.

8) Vírgula e parêntese: Introduzindo-se num período um parêntese em lugar onde já havia vírgula, esta se coloca depois de fechado o parêntese: “Estava Mário em sua casa (nenhum prazer sentia fora dela), quando ouviu baterem”.

9) Vírgula e clareza: Correspondente à pausa feita na fala, a vírgula denota não referir-se uma palavra a outra imediatamente vizinha: “Se as provas apontam que houve crime, do réu não terá sido a culpa”. Ou: “Se parece extensa a explicação, nossa não será a culpa”.

10) Vírgula e vocativo: Quando inicia a frase, o vocativo exige vírgula depois: “Alunos, lembrem-se da lição”. Quando o vocativo está no meio, deve vir entre vírgulas: “Lembrem-se, alunos, da lição”. Quando o vocativo está no final, deve ser antecedido pela vírgula: “Lembrem-se da lição, alunos.”

Neste momento falaremos a respeito do predicado da oração, a fim de esclarecermos, segundo estudos realizados de Almeida, o entendimento do seu uso, assim entende-se por predicado, em análise sintática, o que se declara do sujeito, e essa função é normalmente exercida pelos verbos: “A águia voou”. Quando o verbo trazer um complemento, este fará parte dele, ou seja, o predicado passará a ser constituído de todo o conjunto verbo-complemento. Por isso, de acordo com o seu núcleo, existem três espécies de predicado: verbal, nominal e verbo nominal.

O predicado verbal: é constituído ou só do verbo, que não exija complemento (intransitivo), exemplo: “O menino caiu”. Ou é constituído ainda do verbo, que não seja de ligação, e do seu complemento (integrante ou não): “Isso depende da lei”. “Ele caiu no rio”. Verbo de ligação (ser, estar, andar, parecer...) é um verbo de estado, vazio de sentido, que apenas liga o sujeito ao seu predicativo. Quando aparece o verbo de ligação, está-se, em regra, diante de um predicado nominal.

O predicado nominal: tem por núcleo um nome ou expressão de valor nominal, por exemplo, “A sentença é magnífica”. “Os desembargadores parecem desatentos”. “Os réus estavam sem palavras”. “As sentenças andam pouco convincentes”. No predicado nominal, o núcleo do predicado é o predicativo do sujeito, isto é, palavra ou expressão que qualifique o sujeito. O predicado verbo-nominal: admite dois núcleos, um verbal e um nominal. Muitas vezes, são formados por verbos indicam uma ação, são transitivos (pedem objeto) e trazem uma noção acerca do objeto (predicativo do objeto). Exemplo: “O juiz considerou o réu culpado.” - o juiz= sujeito - considerou= verbo nocional, núcleo verbal do predicado - o réu= objeto direto do verbo considerar - culpado= predicativo do objeto, núcleo nominal do predicado. Outros exemplos: “A sentença julgou improcedentes os embargos.” “O relator

considerou intempestivo o recurso.” Note que o predicativo do objeto (culpado, improcedentes, intempestivo) deve concordar com o objeto, não com o sujeito.

Portanto, segundo o autor, deve-se observar algumas questões a fim de não se cometer erros graves, quando se trata da redação jurídica, assim, é importante:

- Identificar o sujeito de sua oração é fundamental para a concordância. São comuns erros como este: “É vedado a caça de animais silvestres”. Se o sujeito é “caça de animais silvestres”, o predicado deve estar no feminino: “É vedada a caça de animais silvestres”. Na redação jurídica, é muito comum o uso do verbo haver impessoalizado, quando o verbo haver é sinônimo de existir, deve ser usado, invariavelmente, na terceira pessoa do singular. Exemplos: - “Houve várias testemunhas.” - “Haverá sessões de julgamento durante o recesso.” Note-se que, se fosse usar o verbo existir, haveria a variação: existiam várias testemunhas; existirão sessões... Mas o verbo haver, por estar sendo usado de maneira acidentalmente impessoal, não varia. A voz passiva também pede cuidados especiais. A voz passiva analítica é formada pelo verbo ser e um verbo no particípio, não traz grandes problemas: “O caso foi julgado hoje”. Já a voz passiva sintética, que é formada por um verbo transitivo direto, mais o pronome se, utilizado como partícula apassivadora, reclama atenção, porque pode ser confundida com orações em voz ativa, com sujeito indeterminado. Exemplos. Voz passiva sintética. Vendem-se apartamentos. Ouviram-se as testemunhas. Voz ativa com sujeito indeterminado Precisa-se de estagiários. Chegou-se a várias conclusões. Na voz passiva sintética, em regra, usam-se verbos transitivos diretos: vender, ouvir, prolatar. Nestes casos, o verbo deve concordar com o sujeito. Já a voz ativa com sujeito indeterminado (e com a partícula se utilizada como índice de indeterminação do sujeito), em regra, não ocorre com verbos transitivos diretos: precisar e chegar são verbos transitivos indiretos. Nestes casos, como o sujeito é indeterminado, o verbo fica, sempre, na terceira pessoa do singular.

É de fundamental importância, falarmos a respeito do sujeito da oração, Almeida relata que sujeito é a pessoa ou a coisa sobre a qual se faz

uma declaração. Pode ser um substantivo (em regra), um pronome, uma palavra substantivada (“Assaz é advérbio”), uma frase de sentido incompleto (“Trabalho e honra deve ser o nosso lema”) ou uma oração (“É bom que ele vá ao Rio”). Para descobrir quem é o sujeito, basta que se pergunte quem praticou a ação descrita no verbo. Exemplos: Sócrates discorreu sobre a alma. Quem discorreu sobre a alma? Ao professor e ao pai do menino chegaram reclamações dos colegas. Que chegou ao professor e ao pai do menino? O sujeito pode ser: - simples: quando representado por um só nome, no singular ou no plural. Tem apenas um núcleo. (“O livro é bom”. “Os livros são bons.”); - composto: quando representado por entes diversos, ou por mais de uma palavra. Tem mais de um núcleo. (“O livro e o caderno são bons); - indeterminado: quando não é possível identificá-lo. É o que acontece com os verbos (a) impessoalizados na 3ª pessoa do plural, na voz ativa (“Dizem que ele vem.”) e (b) impessoalizados na passiva (“Procura-se advogado” e “Assim se vai ao céu”). Também há gramáticas que mencionam os sujeitos agente, paciente e oculto. O agente é o que pratica a ação verbal (voz ativa): “O sol ilumina a terra”. O paciente é o que sofre a ação verbal (voz passiva): “A terra é iluminada pelo sol”. O oculto é o facilmente subentendido: “Precisamos correr”. Existem, ainda, orações sem sujeito. Não existe o sujeito em orações: - em que o verbo é impessoal essencial (os que indicam fenômenos de natureza inorgânica, ou meteorológicos: anoitecer, chover, trovejar. Esses verbos, salvo licença poética, só se conjugam na terceira pessoa). Ex.: “Ontem trovejou”; - em que o verbo haver é utilizado como impessoal. Ex.: “Há mulheres na sala”; - em que o verbo fazer é utilizado como impessoal. “Faz dois dias que comprei esta camisa”; - em que o verbo ser é utilizado como impessoal. “Era a hora do encerramento do expediente”; - em que o verbo estar é utilizado como impessoal. “Está tarde”.

Segundo a definição clássica de Almeida, a reunião palavras enquanto expressam uma idéia, formam a frase ou locução, que virá a ser a expressão do pensamento. “A frase é o elemento fundamental da linguagem”. Assim, O livro de Pedro. Os grandes olhos de Maria. São frases, portanto constituem reunião de termos ou idéias, sem nada afirmar ou negar.

Se a frase encerrar uma declaração, isto é, se afirmar ou negar alguma coisa, ela passará a chamar-se oração: “O livro de Pedro é ilustrado”. “Os olhos de Maria fecharam-se”. Período é uma ou mais oração que forma sentido completo. O fim do período é geralmente indicado pelo ponto. As orações formam-se por termos de três categorias: os essenciais, os integrantes e os acessórios. Termos essenciais da oração: -O sujeito e o predicado. Termos integrantes da oração: - O complemento verbal, ou objeto, é o complemento exigido pelo verbo transitivo, direto ou indireto: “Quero água”. “Acredito nela”. - O complemento nominal, completa a significação de um substantivo: “Obediência às leis”. - O agente da passiva: é a pessoa ou coisa que pratica a ação, nas orações passivas: “O caçador foi morto pelo tigre”. São termos acessórios da oração - O adjunto adnominal, palavra ou expressão que, junto de um substantivo, modifica-lhe a significação: “Aquela testemunha contava histórias pitorescas”. - O adjunto adverbial, palavra ou expressão que modifica o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio: “É muito importante escrever claro e bem” (onde muito é o adjunto adverbial de importante e claro e bem, de escrever). - O aposto, é um tipo de adjunto adnominal estudado à parte. É definido como palavra ou frase que explica um ou vários termos expressos na oração: “São Paulo e Rio de Janeiro, cidades de características muito diferentes, concorreram à Olimpíada de 2012.”

Almeida expõe a relevância da gramática no cotidiano dos juristas, afirma que: “É difícil encontrar persuasão onde existe fraqueza de redação; sem a virtude gramatical não existe fascínio ideológico; não convence o expositor de uma idéia quando demonstra insegurança gramatical na forma de expô-la. Quem se acostumou à Filosofia, às Letras Clássicas e ao Direito tem a idéia de sua externação; escolaridade e falta de educação lingüística. Como respeitar a idéia de quem não respeita o idioma em que a expõe?”

CLAREZA DA LINGUAGEM JURÍDICA E APLICABILIDADE

Pareceres e Opiniões Legais.

Macedo (2000) ressalta que podemos observar que em geral não existe diferença clara entre parecer e opinião jurídica. Plácido e Silva, define parecer como “a manifestação ou a declaração de uma opinião de um jurisconsulto a respeito de uma questão jurídica, a qual, fundada em razão de ordem doutrinária e legal, conclui por uma solução, que deve, a seu pensamento, ser aplicada ao caso em espécie”.

Nos dois casos a aplicabilidade está nas atividades de consultoria jurídica, prevista no art. 1º, inciso II, do Estatuto da Advocacia. O termo opinião legal deriva diretamente do inglês legal opinion. Porém o sentido é diferente: a opinion norte-americana pode equivaler às nossas jurisprudenciais. Portanto a opinião legal, para os norte-americanos o sentido é muito mais amplo do que adquiriu entre nós. Macedo (2000)

A opinião legal, no Brasil, significa a emissão, por um advogado, de um juízo de valor sobre determinado ato ou negócio jurídico concreto. Assim, o conceito abrange as manifestações dos advogados sobre contratos elaborados por outras pessoas, sobre as conseqüências jurídicas de determinado ato, sobre os possíveis resultados de uma demanda judicial. Tem por finalidade orientar ações e permitir uma escolha racional, com vistas em uma exposição de possibilidades.

Ainda para Macedo (2000), os pareceres são entendidos como estudos técnicos, objetivos, e elaborados em vista de um fato concreto, onde são analisados as causas e conseqüências jurídicas. Busca convencer o destinatário (árbitros, juízes, tribunais de contas, administradores, sócios etc.) do acerto de determinada decisão.

Com essas definições, conclui-se que nas opiniões legais a linguagem utilizada deve ser mais simples possível, uma vez que o destinatário não será um profissional da área jurídica; Portanto nos pareceres, a linguagem

deve ser técnica e precisa, pode ser mais elaborada. Devem ser inseridos argumentos que visem a persuasão do destinatário (argumentos de autoridade, de analogia, etc.); em ambos os casos, deve-se, sempre, retratar com precisão (e concisão), e objetividade os fatos que constantes na consulta, de acordo como chegou ao emissor desta, com a finalidade de que seja usada em situação diferente. Macedo (2000)

Contratos

Nos contratos, segundo Macedo (2000), existem cláusulas gerais comumente usadas de praxe na maioria deles. Não há mal em utilizá-las, mas deve-se verificar se são efetivamente aplicáveis à situação. Falaremos aqui de alguns exemplos de cláusulas contratuais comumente usadas apontadas pelo autor:

Honorários advocatícios. Nos casos de disputa judicial, a parte culpada arcará com os honorários advocatícios da outra parte, pagando a quantia referente a 20% (vinte por cento) do valor total da causa. As alterações só são permitidas através de instrumento assinado pelas partes, caso contrário este não poderá ser modificado ou alterado.

Cumprimento parcial. O descumprimento de qualquer dos direitos previstos neste instrumento não será considerado renúncia, tal fato é visto como mera liberalidade.

Cessão. Não é permitida às partes a cessão ou a transferência, total ou parcial, de qualquer dos direitos ou obrigações previstos neste contrato, salvo que a outra parte haja concordado previamente, por escrito.

Sucessão. Este contrato obrigará as partes e seus respectivos herdeiros, representantes legais e sucessores.

Anulação parcial. Caso qualquer termo, disposição, avença ou condição deste instrumento seja considerado inválido ou inexecutável, por decisão judicial, as disposições restantes permanecerão em pleno vigor e efeito e não deverão ser afetadas, prejudicadas ou invalidadas.

Notificações. Qualquer notificação ou outra comunicação acerca deste contrato, deverá ser feita por escrito, através de carta registrada, com aviso de recebimento, dirigida aos endereços constantes neste instrumento. As partes obrigam-se a comunicarem, umas às outras, por escrito e sob protocolo, eventuais mudanças, sob pena de se presumir entre a notificação ou a comunicação ao ultimo endereço informado.

Eleição de Foro ou cláusula de arbitragem.

Macedo (2000), expõe sobre a importância de que seja destacado, no final: que “as partes, assistidas por seus advogados, leram e compreenderam este contrato, não tendo dúvidas quando aos termos utilizados, nem quanto à extensão das obrigações que assumem”.

O autor reforça que a parte deve ser minuciosamente instruída acerca do contrato e dos riscos que ele implica. Um bom meio para instruir o interessado a respeito do contrato é adiantar as minutas, para discussão conjunta, colocando, em destaque, que se trata de minuta, datando-a.

Para Macedo (2000), é importante que o jurista busque alguém para que faça a revisão, de forma criteriosa, este não deve ser envolvido com o negócio, o documento deve ser lido antes de ser dado por finalizado. Um revisor que não esteja inteiramente a par do que as partes pretendem com a transação ajudará a clarear algum ponto. Servindo ainda para rever o idioma, a grafia correta e a boa e adequada apresentação das cláusulas em particular e do contrato como um todo. Não deve esquecer-se de checar a grafia de nomes, números de documentos, endereços e também referências a leis, documentos, datas, cálculos, cláusulas, figuras ou números apresentados ao longo do contrato e de seus anexos.

Assim, Macedo (2000) explica que em um contrato não deve ser esquecido: (a) as testemunhas instrumentárias; (b) de deixar espaço suficiente para a assinatura e para o nome dos signatários; (c) de numerar as páginas; (d) datar o contrato e especificar o local em que foi assinado; (e) pedir para que as partes rubriquem as páginas (inclusive de eventuais anexos) e assinem o

contrato, preferencialmente, com caneta de cor azul, para diferenciar o original das cópias.

O problema não deve ser adiado, ou seja, apontar uma solução simplista pode resolver os problemas de imediato, viabilizando a contratação. Porém no futuro, se, não tiverem sido criteriosamente analisadas as implicações jurídicas e a validade de termos e condições ajustados, o problema pode retornar, com força redobrada. Macedo (2000)

Segundo o autor diversas cláusulas contratuais, embora não constituam propriamente um ilícito, correm o risco de não ser legalmente válidas e exequíveis perante terceiros ou mesmo para as partes que a ela se obrigaram (cláusulas que tratam de não-competição em certas modalidades, ou que restringem direitos que podem eventualmente ser considerados de natureza trabalhista ou fiscal, cláusulas arbitrais ou normas de ordem pública em geral).

Macedo (2000), relembra que a lei de proteção ao consumidor exige o destaque de algumas obrigações ou restrições de direito de consumidor. Determinados documentos devem plena observância às formalidades legais para validade perante terceiros (tradução juramentada, registro de acordo de acionistas nos livros da companhia, registro em cartório de títulos e documentos de instrumentos particulares, registro no cartório de registro de imóveis de obrigações de natureza real, etc.). A atribuição de responsabilidade tributária ou trabalhista para terceiros que não o contribuinte ou empregador, não será, via de regra, aceita pelas autoridades fiscais ou trabalhistas competentes. Não obstante possam estar, por força do contrato, em determinadas circunstâncias, obrigados perante a outra parte, ou mesmo ser considerados devedores solidários ou subsidiários perante o fisco.

Portanto, Macedo (2000), ressalta que a ordem lógica do contrato deve ser respeitada. A redação do contrato fluirá com mais naturalidade se forem agrupados os conceitos nas mesmas cláusulas ou em cláusulas próximas, numerando-as de modo a poder inserir outras estipulações.

O autor afirma que contratos não são literatura, não devem ser escritos com vocabulário rebuscado ou inacessível, deve ser, isto sim, de fácil compreensão, para quem é advogado, ou não. As palavras devem ser repetidas sempre que necessárias – às vezes, é melhor repetir um termo do que substituí-lo por outro, que não terá, exatamente, o mesmo significado. Entre duas alternativas de vocábulos ou construções gramaticais igualmente válidas, deve-se optar pelo mais usual e a forma mais direta de dizer o que se pretende. O cuidado com a pontuação, numeração, grafia, formatação em geral e seqüência lógica das disposições são, obviamente, de estrita e obrigatória observância. Os contratos mais claros, aqueles que são compreendidos, facilmente, até por leigos, dificilmente acabam no Judiciário.

Ainda para Macedo (2000), deve existir consistência nos termos. Quando existe um glossário, deve ser utilizado, sem medo, várias vezes, os termos pré-definidos. Quando não há glossário, e começou-se a utilizar a palavra “bens” para descrever o objeto de um contrato de compra e vende, esta deve ser utilizada a mesma palavra, até o fim, evitando seus equivalentes (mercadorias, equipamentos, máquinas, etc.), para que, depois, não surjam dúvidas quanto à interpretação. Não há mal em escrever só em maiúsculas as palavras pré-definidas (“BENS”). O mesmo, aliás, aplica-se à gramática e à estrutura do documento: quando utilizado ponto-e-vírgula no final das enumerações, deve ser feito sempre; se iniciou enumerando o contrato em itens (ao invés de cláusulas) deve ser seguido assim, até o fim. Na enumeração, deve-se evitar sofisticação exagerada e manter o sistema do princípio ao fim. Deve-se partir do genérico para o particular, possibilitando-se a inserção de itens intermediários. Capítulos, cláusulas e parágrafos são o mais recomendável. Podem-se nomear cada cláusula, para facilitar a leitura.

A qualificação das partes deve ser feita com cuidado. Deve ser verificado o nome correto das partes e peça para que confirmem a qualificação. Para pessoas físicas, deve ser usado sempre o nome completo e o endereço residencial ao domiciliar. Para pessoas jurídicas, é sempre bom obter cópia do contrato social em vigor (com certidão de breve relato da Junta Comercial, se

for o caso), para verificar se quem assina, de fato, tem poderes. Na impossibilidade de se ter certeza dessas informações, pode-se reforçar a teoria da aparência, ressaltando, logo depois da qualificação: “As pessoas físicas que firmam este instrumento em nome das empresas declaram que têm regulares poderes de representação, respondendo, civil e criminalmente, pela veracidade desta declaração e pelas suas conseqüências.”

A Facilitação da identificação das partes com “apelidos” por exemplo, substituindo o nome completo ou a razão social, para o resto do contrato. Torna mais fácil para as partes compreenderem suas obrigações quando os “apelidos” utilizados são extraídos do nome. Por exemplo, num contrato de locação entre o Condomínio Edifício Mercantil Finasa e o Instituto dos Advogados de São Paulo serão mais simples identificar o primeiro por “Condomínio” (ou “Finasa”) e o outro por “IASP” (ou “Instituto”), do que referir-se, sempre, a locador e locatário. Ao preferir os termos técnicos, deve ser assegurado de que é a expressão correta. Macedo (2000)

Os considerados fazem parte do início dos contratos embora não sejam obrigatórios, são mecanismos que auxiliam na clareza e simplificação destes instrumentos, Macedo (2000) explica que estes devem ser apostos logo após a qualificação das partes e antes das cláusulas (melhor: antes das palavras sacramentais - “e, por estarem assim, justas e contratadas, as partes firmam este contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas.”). Estes não são cláusulas, não devem ser escritos em linguagem técnica. Servem para resumir o contrato e para esclarecer os motivos que levaram as partes a assinar o contrato; o que uma espera da outra, e vice-versa.

Assim antes ou depois desse preâmbulo pode-se fazer breve um glossário das expressões e dos termos técnicos que serão utilizados no curso do contrato, a fim de evitar repetições desnecessárias. Ao invés do glossário, também se pode definir os termos na medida em que surgem, facilitando a leitura do texto. Macedo (2000)

Macedo (2000), esclarece que se devem usar exemplos, como, segundo o artigo 422 do Código Civil, devem ser concluídos de acordo com os

princípios da probidade e da boa-fé. Uma boa maneira de demonstrar a boa-fé objetiva, na contratação, é expor, com exemplos, o funcionamento de determinada cláusula contratual.

Porém o autor diz que se deve certificar que o exemplo é adequado e não deixa margem a interpretações, a operacionalidade deve ser respeitada, pois, muitas vezes as partes imaginam obrigações e direitos e estes devem ser incorporados no contrato, mas que não se mostram passíveis de implementação na vida real. O ponto de vista operacional, os termos e as condições da cláusula precisam ser levados em conta de forma que evite uma linguagem aparentemente compreensiva e tecnicamente correta, que de margem a uma obrigação infactível, ou cuja implementação desequilibrará substancialmente as condições do contrato, gerando mais dificuldades do que soluções. As traduções devem ser feitas de forma cuidadosa observando-se se há nexo em Português o mesmo deve ser observado quando se tratar de contratos feitos em outro idioma, um excelente tradutor, com substancial conhecimento da terminologia jurídica - se o advogado não possuir um excelente comando do idioma estrangeiro - deverá estar sempre presente. Se a jurisdição ou legislação que reger o documento for estrangeira, deve-se ter a certeza de que o alcance da norma, segundo o idioma estrangeiro, bem reflete e regula a obrigação descrita no contrato. As opiniões devem ser evitadas ao se tratar da legislação estrangeira principalmente quando não for de conhecimento do jurista.

A listagem das características do negócio feita verbalmente ou por escrito servirá para dar a natureza jurídica e as linhas gerais do contrato, cabe ressaltar que segundo o autor esta lista deverá ser feita pelo cliente, assim, ele terá noção mais exata do negócio que está por fechar e de suas conseqüências. O jurista deverá ainda conversar com seu cliente sobre as hipóteses contratuais, a fim de evitar problemas futuros. Pois, é fácil redigir contratos que unem duas partes num negócio e as comprometem: no primeiro momento, os contratantes não enxergam as futuras desavenças. O mais difícil

é prever, no contrato, as hipóteses de saída – para isso, o melhor caminho é antes de redigir pensar em todas as possibilidades de descumprimento, ou de circunstâncias exógenas ao contrato, que possam dar a ele destino diferente do que pretendem os contratantes. E prever saídas razoáveis, para cada uma das hipóteses.

Macedo (2000) sugere que seja realizado um esboço simplificado do contrato. É importante que sejam anotadas as principais características do contrato e das cláusulas que será redigido: denominação do contrato, identificação das partes, objeto do contrato, preço, forma de pagamento, reajuste, duração do contrato, hipóteses de rescisão e de denúncia, eleição de foro, ou cláusula arbitral. A linguagem que se emprega no contrato é o veículo da vontade das partes, um dos pressupostos de validade dos contratos (vontade, objeto lícito, forma prescrita ou não defesa em lei). Deve buscar clareza, concisão e completude.

Para Macedo (2000) a clareza é a principal característica - os termos de um contrato devem ser precisos, não só para que as partes os entendam, mas também para que seja judicialmente interpretado e executado sem dificuldades. Perceba-se: não basta que o contrato seja claro para as partes - ele deve ser facilmente compreendido, também, por um terceiro, que o leia. As coisas aparentemente óbvias para as partes devem ser parte do contrato. Não basta, por exemplo, dizer que o objeto do contrato é a compra e venda do imóvel do vendedor: ainda que as partes saibam, exatamente, qual é o imóvel, ele deve ser particularizado.

O jurista deverá assumir a obrigação pela minuta, ainda segundo Macedo (2000). Pois, geralmente é mais seguro para que sejam definidas as questões principais a serem tratadas no contrato; limitar as responsabilidades das partes e dar o tom do contrato. A minuta deve ter uma aparência profissional e simples, não se devem usar fontes diferentes, nem letras coloridas, nem ser feita em papel timbrado - o contrato deve ser a representação da vontade das duas partes. Deverá estar claro que se trata de

uma minuta e não do contrato, para isto, deve-se colocar no topo da página (ou no rodapé): “MINUTA ELABORADA EM”

A Petição.

Segundo Almeida (1999) a petição é o principal meio através dos quais os advogados transmitem ao Poder Judiciário as aspirações de seus clientes. A cada petição, em cada momento processual, e cada advogado, tem o seu próprio estilo e forma. Não há regra geral. Existem, portanto, características genéricas, comuns às principais peças processuais (iniciais, contestações, exceções, etc).

O autor ressalta que ao final das petições mais longas, deve-se, sempre, repetir resumidamente, em rápidos tópicos e em seqüência lógica, as principais conclusões que, espera-se, serão tiradas de sua leitura. Esse resumo final facilita a leitura e prepara o terreno para a formulação do pedido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção da língua como instituição social, trazendo a cultura por ela reproduzida e transmitida de geração a geração, assim como o estudo da linguagem jurídica, retrata um dos momentos mais ricos desta percepção.

Sabemos que a linguagem está presente em todos os atos da humanidade, em todas as instâncias da realidade social, demonstra a hierarquia e as regras para o convívio em sociedade. Portanto a linguagem do direito demonstra-se conservadora e resistente a mudanças. Conforme vimos no desenvolvimento desta pesquisa existem juristas com visão crítica e renovadora a este respeito. Felizmente, existem manifestações de inquietação e inconformismo diante desse modo conservador da linguagem jurídica.

Atualmente são divulgados na imprensa jornalística debates que colocam no banco dos réus as velhas formas vocabulares dos profissionais do universo jurista. Existem defensores desse conservadorismo, é claro.

Conforme vimos em nosso estudo muitas já são as regras existentes que buscam mais clareza e objetividade dentro do universo jurídico, conforme apontado por Macedo (2000) e por Almeida (1999), as peças processuais estão sendo elaboradas de acordo com as necessidades das partes e antes de irem ao seus modelos finais estas são conhecidas e revisadas pelas partes envolvidas e interessadas.

É inegável que a simplificação da linguagem jurídica é inadiável. Alexandre Vidigal de Oliveira, no artigo "Processo virtual e morosidade real", afirmou: *"o mal maior do Judiciário não está na morosidade do tramitar, e sim no atraso em se julgar. 43 milhões de processos aguardam julgamento em todo país, segundo dados recentes do Conselho Nacional de Justiça (fevereiro/2008).* O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Gomes de Barros, defende a prática de votos simples e diretos, o que, aliado à sistematização das atividades de sua assessoria, permitiu, no ano 2007, o julgamento de cerca de 17.000 casos. Segundo o Ministro, em seu gabinete, domina o princípio de que a preocupação de mostrar erudição transforma o

Judiciário em poder hermético, distante da cidadania. Por isso, evita-se redigir votos longos e repletos de citações, *"que acabam contribuindo para o acúmulo de processos"*. E conclui: *"alegro-me de fazer votos sucintos, claros e simples"*.

Para essa "simplificação" é conveniente lembrar que peças processuais não podem ser realizadas como trabalhos acadêmicos, tornando desnecessário recorrer a regras e considerações de ordem Histórica ou ao Direito Comparado.

Os juristas devem lembrar-se que o direito deve ser usado para a compreensão e a aproximação da população à justiça individual, social e coletiva. Assim, as peças processuais devem primar pela simplicidade, concisão, clareza e objetividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. 44ª edição. São Paulo, SP. Saraiva, 1999.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. Dicionário de Questões Vernáculas. 4ª edição. São Paulo, SP. Ática, 2001.

BIELSA, Rafael. Los Conceptos Jurídicos y su Terminología. 3ª edição. Buenos Aires, Argentina. Editora De palma, 1993.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Linguagem jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.

COSTA, José Maria da. Manual de Redação Profissional. 2ª edição. Campinas, SP. Millennium, 2004.

FERNANDES, Francisco. Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa. 34ª edição, revista e ampliada por Celso Pedro Luft. São Paulo, SP. Globo, 1995.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Editora Objetiva.

MACEDO, Idhelene. Por uma linguagem simples. Revista Mérito, Ed. Mérito, SP, pg 52-53. 2000. MENEZES, Antonio Carlos Caetano. A difícil linguagem dos textos legais. Revista Jurídica da Universidade de Franca. Pgs 28-31.

NADÓLSKIS, Hêndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 23ª edição. São Paulo, SP. Saraiva, 2002.

NASCIMENTO, Edmundo Dantés. Linguagem Forense: A Língua Portuguesa Aplicada à Linguagem do Foro. 10ª edição. São Paulo, SP. Saraiva, 1992.

PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito. 1ª edição. São Paulo, SP. Martins Fontes. 1996.